



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos três dias do mês de junho do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Sétima Sessão Ordinária do Primeiro Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 29 de maio de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Leonardo David Zaniboni (9), Luís Roberto Tavares (10), Professor Luiz Antônio Guarnieri (11), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou a Vereadora Dayane Amaro Costa para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

"EXPEDIENTE", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário as atas da 16ª Sessão ordinária, de 28.5.13 e 4ª Sessão Extraordinária, realizada em 29.5.13, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Neste instante, para cumprir o disposto no Requerimento nº 246/2013, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, aprovado por unanimidade dos Vereadores, e a Resolução nº 214, de 10 de dezembro de 1998, que “institui a comemoração anual de efemérides de Países”, a sessão foi suspensa para que o Presidente fizesse adentrar ao plenário o cidadão Sebastião Zoli Júnior, o qual discorreu sobre o dia 2 de junho, quando se comemorou o “Dia do Imigrante Italiano” em Mogi Mirim”. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 58, de 2013, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “alterando dispositivo da lei nº 4.039, de 13.7.5, sobre remissão de IPTU e taxas”; (ao exame das Comissões Permanentes). 2. Projeto de Lei nº 60, de 2013, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado da Mensagem nº 35 e Ofício nº 35, ambos datados de 24.5.13, “instituinto o Banco de Alimentos de Mogi Mirim e dá outras providências”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 3. Projeto de Lei nº 61, de 2013, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado da Mensagem nº 36 e Ofício nº 36, ambos datados de 24.5.13, “dispondo sobre a doação e reutilização de gêneros alimentícios e de excedentes de alimentos e dá outras providências”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Educação, Saúde e Assistência Social, e de Finanças e Orçamento). 4. Projeto de Lei nº 62, de 2013, do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado da Mensagem nº 38 e Ofício nº 38, ambos datados de 24.5.13, “alterando o valor de repasse financeiro concedido ao Centro de Educação e Integração Social “Benjamim Quintino da Silva”, pela Lei nº 5.330, de 14.11.12”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 5. Projeto de Lei Complementar nº 6, de 2013, do Vereador Luís Roberto Tavares, “alterando a redação da Lei Complementar nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

214/02, que institui normas para denominação de locais públicos”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 6. Projeto de Lei nº 59, da Comissão de Denominação de Vias e Logradouros Públicos, “dando o nome de Alexandre Poletini à MMR 302, Bairro Morro Vermelho”; (ao exame das Comissões de Denominação de Vias e Logradouros Públicos e de Justiça e Redação). Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores o seguinte **REQUERIMENTO**, hoje endereçado à Mesa (aprovado pela Casa): nº 393, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, solicitando “envio de abaixo-assinado para o Prefeito, visando ao fim da queda de energia elétrica nos bairros da zona norte”; nº 394, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros e Outra, solicitando “cópia de planilhas de custos do Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos”; nº 397, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando “seja oficiada à Direção da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos para fazer a entrega de correspondência no jardim Hélio Cruz”; nº 400, do Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando “a presença do Secretário Doutor Ary Augusto Reis de Macedo para explicar o número de casos de diabetes em, pessoas com mais de 60 anos”; nº 401, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando “informações sobre o andamento das obras de infraestrutura no loteamento Domênico Bianchi”. **OBSERVAÇÃO:** o Requerimento nº 402, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, solicitando “seja construída escola de Educação Básica no Distrito de Martim Francisco, na área de 653 m² da Avenida Luiz Pilla” foi pedido para discutir pelo Vereador Waldemar Marcurio Filho; (à “Ordem do Dia” da próxima sessão”. Em seguida, foram aprovadas as seguintes **MOÇÕES:** nº s 51 e 52, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti de Outros, “de congratulações e aplausos com a empresária Glória Soltani, pela colaboração com os veículos para a Brigada de Incêndio; e de repúdio à Proposta de emenda à Constituição nº 37, do Deputado Federal Lourival Mendes, que pretende retirar o poder de investigação dos Ministérios Públicos Estadual e Federal”; nºs 53 e 54, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “de congratulações e aplausos com a Delegada Doutora Nadya Cássia de Andrade, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

assumirá cargo em Bragança Paulista; idem coma Promotora Doutora Cristiane Corrêa de Souza Hillal, que assumirá cargo em Campinas”. Ato contínuo, foram dadas como lidas e encaminhadas ao Prefeito Municipal as seguintes **INDICAÇÕES**: nº 442, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, indicando “troca de lâmpadas queimadas na rua Ricieri Ceregatti, Jardim Planalto”; nºs 443, 444, 445 e 446, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicado “implantação de redutor de velocidade defronte o Condomínio Sílvia Matta, dez metros antes da entrada; implantação de rotatória no cruzamento da rua Professor Ferreira Lima, esquina com avenida Juscelino Kubitscheck de Oliveira; sinalização de solo no cruzamento das ruas Dona Sinhazinha com Prefeito Luiz Gonzaga de Amoêdo Campos; idem na rua Vitalina Davoli Mariotoni”; nº 447, 449, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “colocação de sinalização e redutores de velocidade na rua João Carlos da Cunha Canto, 125, Jardim Nazareth; recapeamento do asfalto da rua Sebastião Francisco, Jardim Bicentenário”; nº 448, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “encaminhando minuta de projeto de Eli sobre o bem-estar animal”; nº 450, da Vereadora Dayane Amaro Costa, indicando “a implantação do PNCT – Programa Nacional do Combate ao Tabagismo na cidade, cumprindo a Portaria nº 571, de 5.5.13, na esfera Federal”; nº 451, da Vereadora Daniela Dalben Mota, indicando “a implantação do Programa Estadual São Paulo Amigo do Idoso”; estatísticas sobre a violência contra a mulher”; nº 453, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando “recapeamento das ruas das Chácaras Ipê”; nºs 456 e 457, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, indicando “a designação de clínico geral, ginecologista e dentista à UBS da Santa Clara; iluminação da praça da rua Antônio Moreno Perez, Jardim Maria Beatriz”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs 505 a 537 a 543, 545 a 551, datados de 23 a 28 de maio últimos, subscritos pelo Prefeito Municipal, “respondendo às proposituras desta Edilidade: Requerimentos: nºs 285, 287, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 208, 206, 329, do Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Administrador Leonardo David Zaniboni; nº 289, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; nº 333, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 343, do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri. Indicações: nºs 57, 214, 212, 216, 289, 293, 324, 336, 339, 361, da Vereadora Dayane Amaro Costa; nº 103, do Vereador Marcos Bento Alves de Godoy; nº 112, 248, 307, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; nº 184, do Vereador João Antonio Pires Gonçalves; nº 211, 320, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; nº 223, 238, 379, 381, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; nº 306, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; nº 309, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; nº 314, 375, 376, do Vereador Luís Roberto Tavares; nº 325, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nº 262, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros; nº 364, do Vereador Professor Cinoê Duzo; nº 383, 384, 385, 386 e 387, do Vereador Benedito José do Couto; (ao conhecimento dos Vereadores interessados). Ofício nº 621, datado de 17.5.13, da Caixa Econômica Federal, “liberando a verba de R\$ 152.877,06 para a ampliação do SES – coletores-tronco condicionantes”; (arquite-se). Ofício 91, datado de 14.5.13, da Companhia Ambiental do Estado, “respondendo ao Ofício referente à qualidade das águas de rios e córregos da cidade”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares). Esgotados os documentos e como não houvesse terminado o prazo reservado ao “Expediente”, o Senhor Presidente facultou o uso da tribuna aos oradores regularmente inscritos. O primeiro orador interessado em falar, Vereador Waldemar Marcurio Filho, falou sobre a manifestação dos servidores públicos feita hoje, à hora do almoço, e sentiu-se feliz pela reabertura de negociação entre o Sindicato e o Poder Executivo. Para finalizar, disse que oportunamente explanaria à Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti as razões de ter pedido o adiamento de seu Requerimento relativo à construção de escola no Distrito de Martim Francisco. Com a desistência dos Vereadores Daniel Gasparini dos Santos, João Antonio Pires Gonçalves, Professora Maria Helena Scudeler de Barros, Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, Professor Cinoê Duzo, Luís Roberto Tavares,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Professor Luiz Antônio Guarnieri, Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, Osvaldo Aparecido Quaglio, Dayane Amaro Costa, Laércio Rocha Pires e Administrador Leonardo David Zaniboni, o Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para pedir que a “Tribuna Livre” fosse realizada após o fim do “Expediente” da sessão de hoje. (Posto a votos, os Vereadores aprovaram por unanimidade tal pedido). Cumprindo o dispositivo do art. 37 da LOM, combinado com o art. 226 da Resolução nº 276, de 9.11.10, o Senhor Presidente deu ciência aos Senhores Vereadores que havia uma inscrição para uso da “**TRIBUNA LIVRE**” nesta noite, com a apresentação da Senhora Clarice Rodrigues Chabregas, representante da USE – União das Sociedades Espíritas, para falar sobre o Projeto de lei votado sem sessão de hoje, cujo discurso ficou gravado em fita própria, à disposição dos interessados por 30 dias. O Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 19h40, conforme o disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental de cinco minutos a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: EM TURNO ÚNICO: “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 42, de 2013, de autoria do Executivo Municipal “instituinto o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Mogi Mirim”. Pareceres das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento. Antes, todavia, de submeter a matéria à apreciação do plenário, o Senhor Presidente deu ciência à Casa, através de sua leitura, do Requerimento nº 403/13, de autoria da Vereadora Daniela Dalben Mota solicitando, “conforme o que rezam os arts. 113, § 5º, II, 156, VI e 169 da Resolução nº 276, de 9 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente), o adiamento, por cinco dias da discussão e votação do Projeto de Lei nº 42/13, constante da pauta da “Ordem do Dia”; (submetido a votos em Sessão de hoje, a Casa aprovou por unanimidade, o Requerimento 403/13); (aguardem-se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cinco dias e insira-se o Projeto de Lei nº 38/13 na “Ordem do Dia” da próxima sessão). **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 2. Projeto de Lei nº 38 de 2013, de autoria do Vereador Leonardo David Zaniboni “instituinto a Semana Municipal da Sustentabilidade Ambiental no calendário oficial do Município de Mogi Mirim e dando outras providências”. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 38, de 2013, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, em Segundo Turno); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). **EM PRIMEIRO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno:** 3. Projeto de Lei nº 33 de 2013, de autoria do Vereador Laércio Rocha Pires, “instituinto no calendário oficial do Município de Mogi Mirim, o “Dia Municipal do Espiritismo” a ser comemorado anualmente, no dia 3 de outubro”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação. (Posto a votos pelo processo simbólico, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores, o Projeto de Lei nº 33, de 2013, do Vereador Laércio Rocha Pires, em Primeiro Turno); (encaminhe-se o à “Ordem do Dia” da próxima sessão para discussão e votação em segundo turno). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). Os Vereadores Daniel Gasparini dos Santos e Waldemar Marcurio Filho desistiram de discursar. Assim, o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni foi à tribuna para saudar os presentes e dizer que teve hoje o seu primeiro projeto aprovado, e o fez porque pensava nos descendentes, julgando necessário implantar nas escolas a Semana Municipal da Sustentabilidade Ambiental, para que crianças e adolescentes se familiarizassem com as noções de sustentabilidade e que cuidassem do meio ambiente hoje para refletir positivamente no futuro, no tocante à flora, à fauna e à água. Por fim, agradeceu os nobres pares pela aprovação do projeto. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

desistiu de falar. Em seguida, a Vereadora Daniela Dalben Mota assumiu a tribuna para saudar os presentes e argumentar que solicitou o adiamento da votação do projeto de Lei nº 42 por cinco dias não por ser contrária à matéria, mas porque desejava discutir o seu objeto, que estava atrelado à Secretaria de Gestão Social e hoje, o grande gargalo das entidades estava nos convênios com a saúde e não existia nada nesse sentido e um grande prejuízo ocorria. A partir do momento em que o fundo fosse criado, a verba se destinaria para lá e teria que ser aplicada na área social. A Vereadora Daniela Dalben Mota disse ter algumas dúvidas, as quais poderiam ser sanadas em uma semana, já que agendou entrevistas com pessoas da área, e convidou os Vereadores Professor Luiz Antônio Guarnieri e Luís Roberto Tavares para acompanhá-la, com vistas a esclarecer as obscuridades e beneficiar os idosos, e não criar outros obstáculos à classe que já sofria demais. O Vereador Professor Cinoê Duzo foi à tribuna para discursar e saudou os pais do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, hoje presentes às galerias da Câmara e sugeriu que dessem bons conselhos a ele, assim como sua mãe, Dona Luzia, fazia com ele, orador. Em seguida, traçou um paralelo entre o projeto de lei nº 38/13, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, sobre a Semana da Sustentabilidade Ambiental e o Complexo Lavapés, cartão-postal da Cidade Simpatia, muito mal cuidado. Então, pediu a ajuda do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni na luta para a manutenção do Complexo Lavapés, colocando em prática na escola os ensinamentos sobre sustentabilidade e manutenção do meio ambiente, porque o lago estava repleto de plantas aquáticas, indicadoras de poluição e sujeira da água. “Cobre ações do Poder Executivo, por favor. A oposição aqui é inteligente, e não radical.” – concluiu o Vereador Professor Cinoê Duzo. Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador Luís Roberto Tavares, que saudou os presentes, em especial Fátima e Sérgio, pais do Prefeito. Em seguida, falou de sua indicação referente ao recapeamento das ruas da cidade, em especial as vias do Loteamento Chácaras Ipê. Falou também de seu requerimento solicitando dados de casos de diabetes entre idosos, com a finalidade de criar um projeto de lei voltado ao objeto. Ainda sobre



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

a saúde, buscava melhorias na doação de medicamentos, sem filas. Mudando de assunto, disse ter ido à abertura do campeonato amador, empate entre os times da Vila Dias e o Inocoop, e viu outros Vereadores no evento, e, no final do jogo, choveu muito, mas constatou a resolução para um grande problema no túnel Mário Covas, que enchia de água em todas as chuvas. Após as obras que solicitou, o problema estava sob controle, mas não totalmente resolvido, e ele Vereador Luís Roberto Tavares, iria continuar a acompanhar o caso e solicitar novas diligências. Em seguida, abordando outro tema, disse que havia solicitado providências para avaliar a qualidade das águas de rios e córregos da cidade, e recebeu resposta da Cetesb – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Diretoria de Licenciamento e Gestão Ambiental, informando que a amostragem é feita nas águas sob a ponte da SP-340, Km. 166,5, e os dados são: 2007 - índice 20, bastante preocupante, seguindo-se com valores abaixo de 30 até 2012, quando registrou índice 37, com melhora substancial nos parâmetros “oxigênio dissolvido” e “DBO – demanda bioquímica de oxigênio”, fato ligado ao início da operação da Estação de Tratamento de Esgoto do Município. Desta forma, solicitou ao Vereador Professor Cinoê Duzo e outros Vereadores que se dirigissem até o Ministério Público para conhecer os termos do suposto TAC – Termo de Ajusta de Conduta firmado com o Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos, indicado pela Cetesb. Assim sendo, concluiu a sua fala o Vereador Luís Roberto Tavares. Ato contínuo, discursou o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri, que saudou os presentes e se referiu à greve dos servidores, esperando que houvesse coerência e um bom entendimento entre as partes, buscando a resolução do fato, em breve. Sobre o meio ambiente, citou o Requerimento nº 343, referente ao despejo do córrego Brasil, e a resposta do Saae e do Daama – Departamento de Meio Ambiente foi que a projeção dos efluentes dar-se-á apenas para 2019, tempo longo, e não resolveria o problema, que se propagava demais na época da seca. No entanto, reconheceu que a explicação foi convincente, mas pediu a revisão da data para algo mais breve ou diligências contra o mau cheiro do despejo no córrego Santo Antônio. Com relação ao projeto destinado à



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

construção da CEBE “Benjamim Quintino da Silva”, o Presidente da entidade, Jorge Antonio Barbosa, fez o pedido ao Prefeito, que o atendeu, mas houve demora não envio do projeto à Câmara. Assim, solicitou às comissões que lavrassem rapidamente o parecer e encaminhassem-no ao plenário na próxima semana. Com relação ao adiamento proposto pela Vereadora Daniela Dalben Mota, disse que o pensamento dela deveria ser considerado e que ele, Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri estava por dentro da entidade ligada aos idosos, e bem sabia que a verba poderia ser dividida entre os setores da Promoção Social e Saúde. Relatou que o idoso poderia apresentar história de possibilidade de deslocamento e plenos poderes de locomoção, apenas dependendo da Promoção Social. Com o passar do tempo, ele poderia ficar acamado e necessitar de fraldas geriátricas, passando a depender da Saúde Pública. Então, ele, Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri disse que contataria o Doutor Ary Augusto Reis de Macedo e a Beatriz Marette Marangoni Bueno, Secretários da Saúde e da Promoção Social, respectivamente, para lhes perguntar sobre o repasse de verbas às entidades sociais, que muito necessitavam da ajuda Municipal. Sobre o adiamento do projeto, disse que não desejava cometer erros e que o estudaria melhor junto com a Doutora Adalgiza e outros entendidos, antes de votá-lo. Posto isto, encerrou a sua participação. Ato contínuo, assumiu a tribuna a Vereadora Dayane Amaro Costa, a qual saudou os presentes e parabenizou o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni pela homenagem ao Imigrante Italiano em Mogi Mirim. Sobre a acessibilidade, continuou o seu trabalho de avaliar as rampas nas calçadas e, sobre a rampa defronte o prédio da Prefeitura e aquela defronte o McDonald’s, havia restado um degrau sobressalente que a impedia de subir à calçada com sua cadeira de rodas e isso necessitava de correção. Para tanto, iria elencar os defeitos para que o Executivo providenciasse os consertos. Em seguida, disse que ficou aborrecida por ter falado sobre acessibilidade, assim como o Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni, na sessão passada, e o ex-Vice-Prefeito presente nas galerias havia dito que o assunto não era importante, já que a tônica daquela sessão era o reajuste salarial do servidor público. Em resposta, disse ao cidadão



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

citado que, na gestão dele, a cidade não era acessível às pessoas com deficiência e que esperava que a mensagem chegasse a ele, para que este pudesse rever seus conceitos. Também frisou que a tribuna da Câmara era local para se abordar sobre vários assuntos e não poderia dizer que um assunto era mais ou menos relevante que outro. Posto isto, encerrou a sua participação. O Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi foi à tribuna para dizer que esteve na Academia da Força Aérea, juntamente com o Vereador Professor Cinoê Duzo, e foram recebidos pelo Aviador Arantes e a Sargento Flávia, e foi entregue a eles um ofício solicitando que a Esquadrilha da Fumaça se fizesse presente em Mogi Mirim no dia da Cidade – 22 de outubro. Em resposta, souberam que estão mudando de aeronave - de Tucano A27 para Supertucano A29 – e que, neste ano, eles iriam se aprimorar nos voos, com muitos treinamentos, para alcançar um bom desempenho nas novas aeronaves. Assim, abriu-se a possibilidade para virem para Mogi Mirim em 2014. Em seguida, abordou sobre seu requerimento encaminhando abaixo-assinado à Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. para que tivessem fim as quedas de energia na zona norte, e que isso ocorreu hoje, novamente, e voltou com alta tensão e danificou eletrodomésticos de algumas residências, causando prejuízo aos munícipes. Os Vereadores Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti e Osvaldo Aparecido Quaglio desistiram de discursar. Assumiu a tribuna, em seguida, o Vereador Laércio Rocha Pires, o qual esteve na sede da Etec Paula Souza e Fatec “Arthur de Azevedo”, e explicou que era falsa a notícia de jornal dizendo que ele, orador, era contra a ampliação dos prédios. A sua posição sempre havia sido a favor da ampliação dos prédios, já que não havia restaurante para os alunos e havia fendas nas paredes, com risco de demolição; a documentação também não estava em ordem e não havia sequer extintores de incêndio. Então, para esclarecer melhor, disse que era a favor de obras prementes para melhor acomodar e atender os alunos e professores e que, posteriormente, se fizessem ampliações. Assim, buscou ajuda junto ao Deputado Arnaldo Jardim para que resolvesse esse problema e também o problema da hipoteca do Jardim Europa. O Vereador Laércio Rocha Pires denunciou que o loteador estava cobrando



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

uma taxa de R\$ 3 a R\$ 5 mil para a regularização dos lotes, e isso era completamente ilegal, o que seria denunciado à Promotoria Pública. Anunciou que conseguiu verba de R\$ 50 mil para a Casa Santo Antônio adquirir um automóvel, e que a verba estava disponível junto ao gabinete do Deputado David Zaia, Secretário de Gestão Pública do Estado, bastando que os representantes legais da entidade fossem até lá para buscar. Com relação à situação dos servidores públicos, os quais buscavam melhores índices de reajuste salarial e estavam na iminência de deflagrar greve, falou em nome dos dez Vereadores que aprovaram o índice sugerido pelo Prefeito, que nenhum Vereador gostaria de ver o servidor público ganhando mal, mas que o projeto do Prefeito garantia o mínimo de reajuste para o mês em curso, e o Prefeito abriu as portas para novas negociações. Também constituía em inverdade que “o Prefeito colocou a faca no pescoço dos Vereadores”, como havia sido noticiado nas redes sociais, porque os Vereadores votaram conscientes e com muita responsabilidade, já pensando na negociação vindoura, que já estava ocorrendo entre as partes. “Se for ligar para as vaias, você não faz nada. Não somos contra os servidores, não votamos com má-fé, eles colocam o que querem no Facebook. Cada besteira, que você não faz ideia.” – arrematou o Vereador Laércio Rocha Pires. Por fim, saudou o Senhor Sérgio e Dona Fátima, pais do Prefeito Municipal, hoje presentes nas galerias da Casa. Ato contínuo, discursou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, a qual saudou os presentes e disse que, mais uma vez, o Vereador Laércio Rocha Pires havia tentado atingi-la através dos atos de seu marido, que havia sido Prefeito por duas gestões. Por tal motivo, disse se lembrar de muito bem dos fatos ocorridos nas Administrações passadas e que iria elencar as benesses que o ex-Prefeito Paulo de Oliveira e Silva havia propiciado em prol do funcionalismo público. Em 1997, os banheiros dos funcionários Municipais não tinham sequer papel higiênico e os funcionários tinham que optar por trazer de casa ou usar jornal. Citou que os sanitários do Departamento de Obras e Viação eram do tipo “turco”, ou seja, um buraco no chão e as pessoas tinham que se agachar, e foram construídos refeitórios e banheiros decentes. Ainda mais, os funcionários braçais do Saae -



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Serviço Autônomo de Água e Esgotos e da Prefeitura recebiam café com leite e pão com manteiga, antes de saírem às ruas. Tudo isso foi providenciado, porque o Prefeito Paulo de Oliveira e Silva ficava entre os funcionários para conhecer seus problemas e ele podia ver funcionário caindo pelas ruas de fraqueza. Prosseguindo, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira ressaltou que foram contratados médicos e dentistas para atender os servidores, porque as licenças eram muitas e determinou que houvesse suporte aos servidores. Também foi instituído o passe de ônibus e houve melhoria na qualidade das cestas básicas, com material de higiene e limpeza. O Prefeito Paulo de Oliveira e Silva também corrigiu o aumento que foi dado apenas para as Nutricionistas, que tiveram redução de jornada para 20 horas, na época de Jamil Bacar, equiparando os profissionais de terceiro grau. Com isso, todos os servidores de nível superior foram nivelados, nas diversas categorias. Exemplificando, disse que Contador não existia na Prefeitura, porque ganhava metade do ganho da Nutricionista. Em 1997, quando o governo recebeu a notícia de um processo de interdição e recebeu a pressão dos Governos Estadual e Federal para a regularização dos pagamentos de FGTS e INSS dos servidores, em atraso. Então, ou se negociava a dívida ou o Município não poderia mais receber repasses das duas esferas governamentais. Desta forma, a renegociação foi feita e os pagamentos foram devidamente efetuados, sanando-se as dívidas legadas pelas outras gestões, em época onde a arrecadação montava apenas R\$ 30 milhões, e dívidas de R\$ 6 milhões a serem sanadas, curto prazo, como combustível e energia elétrica. O Prefeito Doutor Paulo de Oliveira e Silva sanou as dívidas e concedeu um reajuste salarial de 8% no primeiro ano. Nos anos seguintes, os reajustes foram de 3%, abono, 7,69%, 6,32%, 7,62% e 12,53%. Em 2004, o Tribunal de Contas mandou alerta sobre o limite prudencial da folha de pagamento e, então, houve outro tipo de benesse para o funcionalismo público Municipal, para não gerar problemas para o Prefeito que iria ser eleito para a próxima gestão. Assim, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira solicitou que tomasse ciência de tudo o que foi dito por ela. Em seguida, Em seguida, assumiu a tribuna o Vereador João Antonio



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Pires Gonçalves, que saudou os presentes e especialmente Fátima, Sérgio e Rolando, respectivamente mãe, pai e tio de Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp. Comentou o orador que esteve no Centro Cultural “Lauro Monteiro de Carvalho e Silva”, na apresentação de duplas de música sertaneja, por Mogiano & Mogianinho, e o evento serviu para arrecadar alimentos para a entidade Equipotência e ele, orador, foi cobrado para que o Gerente pudesse emprestar o espaço para que o evento ocorresse mensalmente. O pessoal da comitativa organizadora solicitou que o teatro pudesse ser ocupado mensalmente e o pedido seria efetuado ao Senhor André Albejante Mazon. Em seguida, solicitou aos Vereadores Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira e Laércio Rocha Pires que norteassem seus discursos e cobranças para o atual Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, cujo assessor Fred Bellotti estava presente para acolher os pedidos. “Vir aqui atacar ou defender Bacar, Carlos Nelson e Paulo Silva não resolve, já foi! Daqui a pouco estarão falando do Adib Chaib, do Luiz Franklin da Silva... quer dizer, está na hora de a gente cobrar os novos Secretários e o Prefeito atual.” – finalizou o Vereador João Antonio Pires Gonçalves. O Presidente, Vereador Benedito José do Couto anuiu às palavras do Vereador João Antonio Pires Gonçalves. Em seguida, o Vereador Professor Cinoê Duzo voltou à tribuna para solicitar que, quando forem se referir à Dona Luzia Vereadora, que dissessem “Luzia Cortez”, porque Dona Luzia era o nome de sua mãe. Em seguida, disse que falou com o Secretário Valdir Biazotto, para que viesse à câmara explicar sobre os projetos de Lei nº 60 e 61, lidos em sessão de hoje. Ele se mostrou solícito e a propositura seria lavrada para a próxima semana, para a qual solicitou a aprovação pelos nobres Vereadores. Sobre o assunto ‘merenda’, lembrou o orador que havia sido motivo de tragédia para a candidata da situação, nas últimas eleições. Em seguida, registrou a presença de João Manoel Scudeler de Barros, representante do governo Estadual, prestigiando a sessão dos Vereadores. Por fim, considerou legítima a luta dos servidores públicos e, enquanto não houver entendimento com o Executivo, que todos pudessem ter valor e conseguissem êxito em suas reivindicações. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais havendo a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente sessão às 20h55 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A